continuação

Direct Express Logística Integrada S.A.

CNPJ: 05.886.614/0001-36

	Importância Segurada
Responsabilidade Civil Geral e D&O	11.908.834
Danos Materiais	150.031
Perdas e Danos	30.070

23. Evento Subsequente: Pandemia do Corona Vírus - COVID-19. A evolução da pandemia da COVID-19 e seus impactos são avaliados corporativamente, mediante a criação do "Comitê de Crise – Universo Americanas" para: (i) monitoria diária de eventuais efeitos; (ii) priorizar ações que preservem a saúde dos nossos associados e clientes; (iii) endereçar as respostas necessárias à crise; dentre outras iniciativas. O governo brasileiro vem tomando ações para a contenção da propagação do vírus desde a segunda quinzena de março 2020. O isolamento social recomendado, o fechamento compulsório de lojas e a consequente redução do consumo em lojas físicas, aconteceu de forma mais abrangente a partir de abril de 2020. Por outro lado, o crescente isolamento social contribuiu para impulsionar as vendas do comércio eletrônico, inclusive as da sua controladora B2W, refletindo-se positivamente na operação da Companhia, que é a prestação de serviços logísticos. Mesmo considerando o cenário de incertezas quanto à erradicação do surto pandêmico para a retomada normal das atividades e seu impacto negativo na economia do país, a administração avaliou os efeitos subsequentes às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2019 e concluiu que não há necessidade de contabilização de provisões para perdas de ativos não financeiros e não há efeitos materiais adversos nas suas operações que coloquem em dúvida a sua continuidade operacional. A Companhia seguirá monitorando a situação da pandemia para manter atualizadas as análises de eventuais impactos nas suas demonstrações contábeis.

José Timótheo de Barros - **Diretor**
Janine Camacho dos Santos - **Contadora** - CRC/RJ 088.557/0-8

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis. A Diretoria **DIRECT Express Logística Integrada S.A.** São Paulo - SP. **Opinião.** Examinamos as demonstrações contábeis da **DIRECT EXPRESS LOGÍSTICA INTEGRADA S.A. ("COMPANHIA")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **DIRECT EXPRESS LOGÍSTICA INTEGRADA S.A.** em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada **"Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis"**. Somos independentes em relação a Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis.** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis.** Nosso objetivo é o de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis e se elas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. **Rio de janeiro, 30 de setembro de 2020.** Nelson de Almeida Costa Auditor Independente - Registro CVM 132 Cadastro Nacional de Auditor Independente - CNAI 137 Contador CRC-RJ 021350/O-2.

Ares 1 Participações S.A.

CNPJ nº 27.268.756/0001-72

Demonstrações financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

Balanços patrimoniais	Notas	31/12/19	31/12/18
Ativo/Ativo circulante		274	801
Caixa e equivalentes de caixa	4	272	801
Impostos a recuperar		2	–
Investimentos em companhias	5	91.224	–
Total dos investimentos		91.224	–
Total do ativo		91.498	801

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	Notas	Capital social	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017		1	–	1
Aumento de capital social	6	800	–	800
Prejuízo do exercício		–	(17)	(17)
Saldos em 31 de dezembro de 2018		801	(17)	784
Aumento de capital social	6	33.740	–	33.740
Prejuízo do exercício		–	(2.714)	(2.714)
Saldos em 31 de dezembro de 2019		34.541	(2.731)	31.810

Balanços patrimoniais	Notas	31/12/19	31/12/18
Passivo e patrimônio líquido/Passivo circulante		32	17
Fornecedores		29	17
Obrigações tributárias		3	–
Passivo não circulante		59.656	17
Contas a pagar na aquisição de investimentos	5	59.656	–
Patrimônio líquido		31.810	784
Capital social	7	34.541	801
Prejuízo do exercício	7	(2.731)	(17)
Total do passivo e patrimônio líquido		91.498	801

Demonstrações dos resultados	Notas	31/12/19	31/12/18
Despesas operacionais: Despesas com vendas		(1)	–
Despesas administrativas	8	(706)	(17)
Resultado de equivalência patrimonial	5	(2.018)	–
Resultado operacional antes das receitas financeiras		(2.725)	(17)
Resultado financeiro: Receitas financeiras		13	–
Despesas financeiras		(2)	–
Total do resultado financeiro		11	–
Prejuízo do exercício		(2.714)	(17)

Demonstrações dos resultados abrangentes	31/12/19	31/12/18
Prejuízo do exercício	(2.714)	(17)
Total do Resultado Abrangente do Exercício	(2.714)	(17)

Demonstrações dos fluxos de caixa	Notas	31/12/19	31/12/18
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício		(2.714)	(17)
Itens que não afetam as disponibilidades			
Resultado equivalência patrimonial	5	2.018	–
(Aumento) redução dos ativos operacionais			
Impostos a recuperar		(2)	–
Aumento (redução) dos passivos operacionais			
Fornecedores		12	17
Obrigações tributárias		3	
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(683)	–
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de investimentos	5	(592)	–
Ágio pago na aquisição de investimentos	5	(1.140)	–
Aporte de capital	5	(31.853)	–
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos		(33.585)	–
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Aumento de capital social	7	33.740	800
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		33.740	800
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos		154	800
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		(529)	800
Caixa e equivalentes de caixa: No início do exercício		801	1
No fim do exercício		272	801
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		(529)	800

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

1. Contexto operacional: A Ares Participações 1 S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações, de capital fechado, com sede na Rua Amauri, nº 255, 2º andar, Jardim Europa, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 01448-000. A Companhia foi constituída em 09/01/2017 sob a denominação de Zuffi Participações S.A. com 1.200 (hum mil e duzentas) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, representativas em 100% do seu capital social. Em 21/11/2017, foi celebrado um instrumento particular de compra e venda de ações, onde a companhia Perfin Administração de Recursos Ltda. adquiriu 1.200 (hum mil e duzentas) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, da presente acionista Zuffi Participações S.A.. Em 01/11/2018, foi celebrado um instrumento particular de compra e venda de ações, onde o PERFIN ARES I Fundo de Investimento em Participações - IE, adquiriu 1.200 (hum mil e duzentas) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, da presente acionista Perfin Administração de Recursos Ltda., tornando-se a única acionista da Companhia. A Companhia é controlada por Perfin Ares 1 Fundo de Investimentos em participações - IE, que detém 100% do capital social da Companhia. Em 14/03/2019, a Companhia celebrou um contrato de compra e venda de ações e outras avenças com o Fundo - **Salus Fundo de Investimento em Ações e Multiestratégia,** e adquiriu 20% das ações do complexo Rio dos Ventos II, considerado a aquisição de 7 sub-holdings e suas respectivas SPE's conforme detalhamento a seguir: **Ventos de Santo Arthur Holding S.A.:** A Companhia tem como objeto social participar como quotista ou acionista do capital social de outras sociedades ("Sociedade(s) Investida(s)"), que realizem, principalmente, atividades no âmbito de projetos e empreendimentos no setor de energia elétrica de fontes eólica e solar ("Projetos"). Atualmente, a Companhia é investidora única e exclusivamente da controlada Ventos de Santo Artur Energias Renováveis S.A., com endereço situado na Rodovia Doutor Mendel Steinbruch, nº 10800, sala 229 - Distrito Industrial, com sede em Maracanaú, Estado do Ceará, que foi constituída em 23/01/2018 e até a presente data não entrou em fase operacional. A controlada sagrou-se vencedora em leilão promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e de acordo com a portaria nº 17, de 09/01/2019 do Ministério de Minas e Energia (MME), a autorgada tem até 1º/01/2024 para iniciar a operação comercial da 1º e 2º unidade geradora. O empreendimento possui capacidade instalada do projeto de 63,0 MW, conforme despacho nº 1.648 de 06/06/2019. **Ventos de Santa Alice Energias Holding S.A.:** A Companhia tem como objeto social participar como quotista ou acionista do capital social de outras sociedades ("Sociedade(s) Investida(s)"), que realizem, principalmente, atividades no âmbito de projetos e empreendimentos no setor de energia elétrica de fontes eólica e solar ("Projetos"). A Companhia é investidora única e exclusivamente da controlada Ventos de Santa Alice Energias Renováveis S.A., com endereço situado na Rodovia Doutor Mendel Steinbruch, nº 10800, sala 236 - Distrito Industrial, com sede em Maracanaú, Estado do Ceará, que foi constituída em 23/01/2018 e até a presente data não entrou em fase operacional. A controlada sagrou-se vencedora em leilão promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e de acordo com a portaria nº 18, de 09/01/2019 do Ministério de Minas e Energia (MME), a outorgada tem até 1º/01/2024 para iniciar a operação comercial da 1º e 2º unidade geradora. O empreendimento possui capacidade instalada do projeto de 63,0 MW, conforme despacho nº 1.649 de 06/06/2019. **Ventos de Santa Sara Energias Holding S.A.:** A Companhia tem como objeto social participar como quotista ou acionista do capital social de outras sociedades ("Sociedade(s) Investida(s)"), que realizem, principalmente, atividades no âmbito de projetos e empreendimentos no setor de energia elétrica de fontes eólica e solar ("Projetos"). A Companhia é investidora única e exclusivamente da controlada Ventos de Santa Sara Energias Renováveis S.A., com endereço situado na Rodovia Doutor Mendel Steinbruch, nº 10800, sala 226 - Distrito Industrial, com sede em Maracanaú, Estado do Ceará, que foi constituída em 23/01/2018 e até a presente data não entrou em fase operacional. A controlada sagrou-se vencedora em leilão promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e de acordo com a portaria nº 19, de 09/01/2019 do Ministério de Minas e Energia (MME), a outorgada tem até 1º/01/2024 para iniciar a operação comercial da 1º e 2º unidade geradora. O empreendimento possui capacidade instalada do projeto de 63,0 MW, conforme despacho nº 1.652 de 06/06/2019. **Ventos de Santa Sofia Energias Holding S.A.:** A Companhia tem como objeto social participar como quotista ou acionista do capital social de outras sociedades ("Sociedade(s) Investida(s)"), que realizem, principalmente, atividades no âmbito de projetos e empreendimentos no setor de energia elétrica de fontes eólica e solar ("Projetos"). A Companhia é investidora única e exclusivamente da controlada Ventos de Santa Sofia Energias Renováveis S.A., com endereço situado na Rodovia Doutor Mendel Steinbruch, nº 10800, sala 236 - Distrito Industrial, com sede em Maracanaú, Estado do Ceará, que foi constituída em 23/01/2018 e até a presente data não entrou em fase operacional. A controlada sagrou-se vencedora em leilão promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e de acordo com a portaria nº 18, de 09/01/2019 do Ministério de Minas e Energia (MME), a outorgada tem até 1º/01/2024 para iniciar a operação comercial da 1º e 2º unidade geradora. O empreendimento possui capacidade instalada do projeto de 63,0 MW, conforme despacho nº 1.649 de 06/06/2019. **Ventos de São Mizael Energia Holding S.A.:** A Companhia tem como objeto social participar como quotista ou acionista do capital social de outras sociedades ("Sociedade(s) Investida(s)"), que realizem, principalmente, atividades no âmbito de projetos e empreendimentos no setor de energia elétrica de fontes eólica e solar ("Projetos"). A Companhia é investidora única e exclusivamente da controlada Ventos de São Mizael Energias Renováveis S.A., com endereço situado na Rodovia Doutor Mendel Steinbruch, nº 10800, sala 228 - Distrito Industrial, com sede em Maracanaú, Estado do Ceará, que foi constituída em 23/01/2018 e até a presente data não entrou em fase operacional. A controlada sagrou-se vencedora em leilão promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e de acordo com a portaria nº 14, de 09/01/2019 do Ministério de Minas e Energia (MME), a outorgada tem até 1º/01/2024 para iniciar a operação comercial da 1º e 2º unidade geradora. O empreendimento possui capacidade instalada do projeto de 63,0 MW, conforme despacho nº 1.651 de 06/06/2019. **Ventos de São Felipe Energias Holding S.A.:** A Companhia tem como objeto social participar como quotista ou acionista do capital social de outras sociedades ("Sociedade(s) Investida(s)"), que realizem, principalmente, atividades no âmbito de projetos e empreendimentos no setor de energia elétrica de fontes eólica e solar ("Projetos"). A Companhia é investidora única e exclusivamente da controlada Ventos de Santa Amélia Energias Renováveis S.A., com endereço situado na Rodovia Doutor Mendel Steinbruch, nº 10800, sala 225 - Distrito Industrial, com sede em Maracanaú, Estado do Ceará, que foi constituída em 23/01/2018 e até a presente data não entrou em fase operacional. A controlada sagrou-se vencedora em leilão promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e de acordo com a portaria nº 5, de 08/01/2019 do Ministério de Minas e Energia (MME), a outorgada tem até 1º/01/2024 para iniciar a operação comercial da 1º e 2º unidade geradora. O empreendimento possui capacidade instalada do projeto de 63,0 MW, conforme despacho nº 1.652 de 06/06/2019. **Ventos de Santa Sofia Energias Holding S.A.:** A Companhia tem como objeto social participar como quotista ou acionista do capital social de outras sociedades ("Sociedade(s) Investida(s)"), que realizem, principalmente, atividades no âmbito de projetos e empreendimentos no setor de energia elétrica de fontes eólica e solar ("Projetos"). A Companhia é investidora única e exclusivamente da controlada Ventos de Santa Sofia Energias Renováveis S.A., com endereço situado na Rodovia Doutor Mendel Steinbruch, nº 10800, sala 236 - Distrito Industrial, com sede em Maracanaú, Estado do Ceará, que foi constituída em 23/01/2018 e até a presente data não entrou em fase operacional. A controlada sagrou-se vencedora em leilão promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e de acordo com a portaria nº 18, de 09/01/2019 do Ministério de Minas e Energia (MME), a outorgada tem até 1º/01/2024 para iniciar a operação comercial da 1º e 2º unidade geradora. O empreendimento possui capacidade instalada do projeto de 63,0 MW, conforme despacho nº 1.649 de 06/06/2019. **Ventos de São Felipe Energias Holding S.A.:** A Companhia tem como objeto social participar como quotista ou acionista do capital social de outras sociedades ("Sociedade(s) Investida(s)"), que realizem, principalmente, atividades no âmbito de projetos e empreendimentos no setor de energia elétrica de fontes eólica e solar ("Projetos"). A Companhia é investidora única e exclusivamente da controlada Ventos de Santa Amélia Energias Renováveis S.A., com endereço situado na Rodovia Doutor Mendel Steinbruch, nº 10800, sala 225 - Distrito Industrial, com sede em Maracanaú, Estado do Ceará, que foi constituída em 23/01/2018 e até a presente data não entrou em fase operacional. A controlada sagrou-se vencedora em leilão promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e de acordo com a portaria nº 5, de 08/01/2019 do Ministério de Minas e Energia (MME), a outorgada tem até 1º/01/2024 para iniciar a operação comercial da 1º e 2º unidade geradora. O empreendimento possui capacidade instalada do projeto de 63,0 MW, conforme despacho nº 1.652 de 06/06/2019. **Ventos de Santa Sofia Energias Holding S.A.:** A Companhia tem como objeto social participar como quotista ou acionista do capital social de outras sociedades ("Sociedade(s) Investida(s)"), que realizem, principalmente, atividades no âmbito de projetos e empreendimentos no setor de energia elétrica de fontes eólica e solar ("Projetos"). A Companhia é investidora única e exclusivamente da controlada Ventos de Santa Sofia Energias Renováveis S.A., com endereço situado na Rodovia Doutor Mendel Steinbruch, nº 10800, sala 236 - Distrito Industrial, com sede em Maracanaú, Estado do Ceará, que foi constituída em 23/01/2018 e até a presente data não entrou em fase operacional. A controlada sagrou-se vencedora em leilão promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e de acordo com a portaria nº 19, de 09/01/2019 do Ministério de Minas e Energia (MME), a outorgada tem até 1º/01/2024 para iniciar a operação comercial da 1º e 2º unidade geradora. O empreendimento possui capacidade instalada do projeto de 63,0 MW, conforme despacho nº 1.649 de 06/06/2019. **Ventos de São Mizael Energia Holding S.A.:** A Companhia tem como objeto social participar como quotista ou acionista do capital social de outras sociedades ("Sociedade(s) Investida(s)"), que realizem, principalmente, atividades no âmbito de projetos e empreendimentos no setor de energia elétrica de fontes eólica e solar ("Projetos"). A Companhia é investidora única e exclusivamente da controlada Ventos de São Mizael Energias Renováveis S.A., com endereço situado na Rodovia Doutor Mendel Steinbruch, nº 10800, sala 228 - Distrito Industrial, com sede em Maracanaú, Estado do Ceará, que foi constituída em 23/01/2018 e até a presente data não entrou em fase operacional. A controlada sagrou-se vencedora em leilão promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e de acordo com a portaria nº 14, de 09/01/2019 do Ministério de Minas e Energia (MME), a outorgada tem até 1º/01/2024 para iniciar a operação comercial da 1º e 2º unidade geradora. O empreendimento possui capacidade instalada do projeto de 63,0 MW, conforme despacho nº 1.651 de 06/06/2019. **Ventos de São Felipe Energias Holding S.A.:** A Companhia tem como objeto social participar como quotista ou acionista do capital social de outras sociedades ("Sociedade(s) Investida(s)"), que realizem, principalmente, atividades no âmbito de projetos e empreendimentos no setor de energia elétrica de fontes eólica e solar ("Projetos"). A Companhia é investidora única e exclusivamente da controlada Ventos de Santa Amélia Energias Renováveis S.A., com endereço situado na Rodovia Doutor Mendel Steinbruch, nº 10800, sala 225 - Distrito Industrial, com sede em Maracanaú, Estado do Ceará, que foi constituída em 23/01/2018 e até a presente data não entrou em fase operacional. A controlada sagrou-se vencedora em leilão promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e de acordo com a portaria nº 5, de 08/01/2019 do Ministério de Minas e Energia (MME), a outorgada tem até 1º/01/2024 para iniciar a operação comercial da 1º e 2º unidade geradora. O empreendimento possui capacidade instalada do projeto de 63,0 MW, conforme despacho nº 1.652 de 06/06/2019. **Ventos de Santa Sofia Energias Holding S.A.:** A Companhia tem como objeto social participar como quotista ou acionista do capital social de outras sociedades ("Sociedade(s) Investida(s)"), que realizem, principalmente, atividades no âmbito de projetos e empreendimentos no setor de energia elétrica de fontes eólica e solar ("Projetos"). A Companhia é investidora única e exclusivamente da controlada Ventos de Santa Sofia Energias Renováveis S.A., com endereço situado na Rodovia Doutor Mendel Steinbruch, nº 10800, sala 236 - Distrito Industrial, com sede em Maracanaú, Estado do Ceará, que foi constituída em 23/01/2018 e até a presente data não entrou em fase operacional. A controlada sagrou-se vencedora em leilão promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e de acordo com a portaria nº 19, de 09/01/2019 do Ministério de Minas e Energia (MME), a outorgada tem até 1º/01/2024 para iniciar a operação comercial da 1º e 2º unidade geradora. O empreendimento possui capacidade instalada do projeto de 63,0 MW, conforme despacho nº 1.649 de 06/06/2019. **Ventos de São Felipe Energias Holding S.A.:** A Companhia tem como objeto social participar como quotista ou acionista do capital social de outras sociedades ("Sociedade(s) Investida(s)"), que realizem, principalmente, atividades no âmbito de projetos e empreendimentos no setor de energia elétrica de fontes eólica e solar ("Projetos"). A Companhia é investidora única e exclusivamente da controlada Ventos de Santa Amélia Energias Renováveis S.A., com endereço situado na Rodovia Doutor Mendel Steinbruch, nº 10800, sala 225 - Distrito Industrial, com sede em Maracanaú, Estado do Ceará, que foi constituída em 23/01/2018 e até a presente data não entrou em fase operacional. A controlada sagrou-se vencedora em leilão promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e de acordo com a portaria nº 5, de 08/01/2019 do Ministério de Minas e Energia (MME), a outorgada tem até 1º/01/2024 para iniciar a operação comercial da 1º e 2º unidade geradora. O empreendimento possui capacidade instalada do projeto de 63,0 MW, conforme despacho nº 1.652 de 06/06/2019. **Ventos de Santa Sofia Energias Holding S.A.:** A Companhia tem como objeto social participar como quotista ou acionista do capital social de outras sociedades ("Sociedade(s) Investida(s)"), que realizem, principalmente, atividades no âmbito de projetos e empreendimentos no setor de energia elétrica de fontes eólica e solar ("Projetos"). A Companhia é investidora única e exclusivamente da controlada Ventos de Santa Sofia Energias Renováveis S.A., com endereço situado na Rodovia Doutor Mendel Steinbruch, nº 10800, sala 236 - Distrito Industrial, com sede em Maracanaú, Estado do Ceará, que foi constituída em 23/01/2018 e até a presente data não entrou em fase operacional. A controlada sagrou-se vencedora em leilão promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e de acordo com a portaria nº 19, de 09/01/2019 do Ministério de Minas e Energia (MME), a outorgada tem até 1º/01/2024 para iniciar a operação comercial da 1º e 2º unidade geradora. O empreendimento possui capacidade instalada do projeto de 63,0 MW, conforme despacho nº 1.649 de 06/06/2019. **Ventos de São Felipe Energias Holding S.A.:** A Companhia tem como objeto social participar como quotista ou acionista do capital social de outras sociedades ("Sociedade(s) Investida(s)"), que realizem, principalmente, atividades no âmbito de projetos e empreendimentos no setor de energia elétrica de fontes eólica e solar ("Projetos"). A Companhia é investidora única e exclusivamente da controlada Ventos de Santa Sara Energias Renováveis S.A., com endereço situado na Rodovia Doutor Mendel Steinbruch, nº 10800, sala 226 - Distrito Industrial, com sede em Maracanaú, Estado do Ceará, que foi constituída em 23/01/2018 e até a presente data não entrou em fase operacional. A controlada sagrou-se vencedora em leilão promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e de acordo com a portaria nº 17, de 09/01/2019 do Ministério de Minas e Energia (MME), a outorgada tem até 1º/01/2024 para iniciar a operação comercial da 1º e 2º unidade geradora. O empreendimento possui capacidade instalada do projeto de 63,0 MW, conforme despacho nº 1.650 de 06/06/2019. **2. Políticas Contábeis:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. As demonstrações financeiras, exceto se indicado de outra forma, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Legislação Societária Brasileira, os Pronunciamentos, Orientações, Interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido pelas normas contábeis. A Administração avaliou a capacidade de continuidade da Companhia, estando convencida de que possui os recursos necessários e capacidade de desenvolver seus negócios no futuro de forma contínua, não havendo o conhecimento de incertezas ou probabilidades materiais que possam gerar dúvidas significativas em relação a sua continuidade. A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31/12/2019 foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução dos membros da Diretoria em 09 de setembro de 2020. **2.1. Investimentos:** Coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto destas políticas. Os investimentos da Companhia em sua coligada são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em uma coligada é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da coligada a partir da data de aquisição. O ágio relativo às coligadas é incluído no valor contábil do investimento, não sendo, no entanto, amortizado nem separadamente testado para fins de redução no valor recuperável dos ativos. A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados operacionais da coligada. Eventual variação em outros resultados abrangentes destas investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes da Companhia. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio das coligadas, a Companhia reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre a Companhia e a coligada são eliminados em proporção à participação nas coligadas. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional sobre o valor recuperável do investimento da Companhia em sua coligada. A Companhia determina, em cada data de reporte, se há evidência objetiva de que o investimento nas coligadas sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da coligada e o valor contábil, e reconhece a perda na demonstração do resultado. Ao perder influência significativa sobre o controle conjunto sobre a coligada, a Companhia mensura e reconhece qualquer investimento retido ao valor justo. Eventual diferença entre o valor contábil da coligada, no momento da perda de influência significativa, e o valor justo do investimento retido e dos resultados da alienação são reconhecidos no resultado. **2.2. Tributos:** *Imposto de renda e contribuição social: Correntes:* Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço. A Companhia é tributada pela sistemática do Lucro real anual. **2.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. **2.4. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais de um instrumento financeiro. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são caixa e equivalentes de caixa. **2.5. Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente com consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem divergir das estimativas da Administração. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes significativos que forem avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados. Em 31/12/2019, a Companhia não possuía processos judiciais passivos classificados como perda provável ou possível, por isso não foi contabilizada qualquer provisão. Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgados. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa. Em 31/12/2019, a Companhia não possuía nenhum ativo contingente registrado ou a ser divulgado nas demonstrações financeiras. **2.6. Novas normas e interpretações em vigor a partir de 1º/01/2019:** • CPC 06 (R2) - Arrendamentos: Vigente desde 1º/01/2019, requer que os arrendatários contabilizem nas demonstrações financeiras um passivo refletindo futuros pagamentos de um arrendamento e um direito de uso de um ativo para os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de valor baixo. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. A Administração da Companhia não identificou contratos relevantes para que fossem reconhecidos ou divulgados nos termos deste pronunciamento. • ICPC 22 - Incerteza sobre o tratamento dos tributos sobre a renda. Esta interpretação, esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração quando há incerteza sobre a aceitação dos tratamentos adotados pela autoridade fiscal, relacionados ao imposto de renda e contribuição social. A administração da Companhia avaliou a interpretação e não identificaram riscos significativos, decorrentes dos tratamentos fiscais utilizados pela Companhia, que possam gerar questionamentos ou não serem aceitos pelo Fisco. Assim, a administração que não há efeitos materiais a serem contabilizados decorrente da adoção desta interpretação. **3. Resumo das principais práticas contábeis: 3.1. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. I) **Julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Ativos e passivos sujeitos às estimativas e premissas incluem impostos diferidos ativos, provisão para perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros, provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis e mensuração do custo orçado dos projetos e de instrumentos financeiros. II) **Estimativas e premissas:** As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, que podem resultar em valores diferentes quando da liquidação, estão apresentados abaixo: a) Perda por redução ao